

DOSSIÊ ATLAS LINGÜÍSTICO
NO CONE SUL

ATLAS LINGÜÍSTICOS DO CONE SUL: A CAMINHADA DO ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL

Vanderci de Andrade Aguilera*

À guisa de recuperação histórica

Há quatro anos, nos dias 4 a 6 de novembro de 1996, realizava-se na Universidade Federal da Bahia o Seminário Nacional *Caminhos e Perspectivas para a geolingüística no Brasil*, sob a coordenação de Suzana Alice Cardoso. O Prof. Michel Contini, da Universidade de Grenoble – França, convidado a proferir duas Conferências, falou da experiência do *Atlas Linguarum Europae: le premier chantier de géolinguistique à l'échelle d'un continent* e do *Atlas Linguistique Roman: un projet géo-linguistique du Centre de Dialectologie de Grenoble sur l'ensemble des parlers romans*. Na seqüência, da mesa redonda *Quadro atual da geolingüística no Brasil* (atlas publicados) participaram Carlota Ferreira, Mário Roberto Zágari, Maria do Socorro Aragão, Jacyra Mota e Vanderci de Andrade Aguilera, apresentando, respectivamente, o Atlas Prévio dos Falares Baianos, o Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais, o

* Universidade Estadual de Londrina.

Atlas Lingüístico da Paraíba, o Atlas Lingüístico de Sergipe e o Atlas Lingüístico do Paraná. Seguiu-se outra mesa redonda, *Quadro atual da geolingüística no Brasil* (atlas em andamento), com a apresentação do estágio atual do Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Rio de Janeiro (Aperj), por Sílvia Figueiredo Brandão, Atlas Lingüístico-etnográfico da Região Sul do Brasil (Alers), por Walter Koch e o Atlas Lingüístico de Mato Grosso do Sul, por Albana Xavier Nogueira. Feito esse balanço, Suzana Cardoso expõe a proposta tão esperada pelos dialetólogos presentes: o Projeto do Atlas Lingüístico do Brasil.

A idéia não era nova: desde 20 de março de 1952, conforme consta do Decreto n. 30 643,

...assentava-se, no seu artigo 3.º, como principal finalidade da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa a “elaboração do atlas lingüístico do Brasil”. Tal determinação foi regulamentada pela Portaria n. 536, de 26 de maio do mesmo ano, a qual, ao baixar instruções referentes à execução do decreto e da criação do Centro de Pesquisas Casa de Rui Barbosa, estabeleceu como finalidade principal, entre as pesquisas a serem planejadas, a própria elaboração do atlas lingüístico do Brasil. (Cardoso, 1996, p. 87)

O clima estava propício para uma tomada de decisão ousada e o encerramento do Seminário foi marcado pela assinatura da *Carta de Salvador* por professores e pesquisadores comprometidos com os estudos da Dialetologia no Brasil que:

considerando:

- a) a importância dos estudos geolingüísticos para o conhecimento das línguas e, conseqüentemente, do português brasileiro;
- b) a existência no Brasil de cinco atlas regionais já publicados e de estudos para a elaboração de seis novos atlas, que se encontram em diferentes momentos de execução;
- c) a necessidade de desenvolver-se, no campo da geografia lingüística, um trabalho orgânico e geral no território brasileiro, RECONHECEM que é chegado o momento de elaborar-se o Atlas

Lingüístico do Brasil e para tanto decidem empenhar-se no desenvolvimento de ações que levem à consecução desse desiderato, constituindo um Comitê Nacional que se encarregará da implementação imediata do projeto.

Esse Comitê compôs-se de dialetólogos e geolingüistas brasileiros com atuação reconhecida na área: Suzana Alice Marcelino Cardoso, Diretora Presidente, e Jacyra Andrade Mota, Diretora Executiva, ambas da UFBA e participantes da elaboração dos Atlas Prévio dos Falares Baianos e Atlas Lingüístico de Sergipe. Como Diretores Científicos, Maria do Socorro Silva de Aragão, atualmente na UFCE e uma das autoras do Atlas da Paraíba; Mário Roberto Lobúglio Zágari, da UFJF, um dos autores do Esboço de um Atlas de Minas Gerais, Vanderci de Andrade Aguilera, da UEL e autora do Atlas do Paraná e Walter Koch, da UFRGS e coordenador do Atlas Lingüístico e Etnográfico da Região Sul.

Objetivos propostos

Assim nasce o ALiB que, de acordo com o Projeto (Comitê Nacional: 2001), tem como objetivos gerais:

- Descrever a realidade lingüística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque na identificação das diferenças diatópicas, diastráticas e diageracionais (fônicas, inclusive prosódicas, morfossintáticas, léxico-semânticas), consideradas na perspectiva da Geolingüística pluridimensional.
- Oferecer aos estudiosos da língua portuguesa (lingüistas, lexicólogos, etimólogos, filólogos e das demais áreas dos estudos lingüísticos), aos pesquisadores de áreas afins (história, antropologia, sociologia) e aos pedagogos (gramáticos, autores de livros-texto para o 1º e 2º graus, professores) subsídios para o aprimoramento do ensino/aprendizagem e para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil.

De forma mais específica propõe-se:

- Descrever a realidade lingüística do português do Brasil com vistas a identificar fenômenos fonéticos, morfossintáticos, lexicais, semânticos e prosódicos característicos da diferenciação ou definidores da unidade lingüística no território nacional.
- Estabelecer isoglossas, com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, tornando evidentes as diferenças regionais através de resultados cartografados em mapas lingüísticos e de estudos interpretativos de fenômenos considerados.
- Registrar, com base na análise em tempo aparente, processos de mudança.
- Identificar fenômenos lingüísticos localizados e específicos de áreas com vistas a estudar as suas repercussões no ensino-aprendizagem da língua materna.
- Examinar os dados coletados na perspectiva de sua interface com outros ramos do conhecimento – história, sociologia, antropologia –, com vistas a fundamentar e definir posições teóricas sobre a natureza da implantação e desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil.
- Oferecer aos interessados nos estudos lingüísticos um imenso volume de dados que permita aos lexicógrafos aprimorarem os dicionários, ampliando o campo de informações; aos gramáticos atualizarem as informações com base na realidade documentada pela pesquisa empírica; aos autores de livros didáticos adequarem a sua produção à realidade cultural de cada região; aos professores aprofundar o conhecimento da realidade lingüística, refletindo sobre as variantes que enformam a língua portuguesa no Brasil e, conseqüentemente, encontrando meios de, sem desprestigiar os seus dialetos de origem, levar os estudantes ao domínio da variante culta.
- Contribuir para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas de uso mas dotado de uma unidade sistêmica.

Metas e ações¹

Até a presente data, o Comitê Nacional do ALiB realizou nove reuniões, em vários pontos do país com a presença da maioria de seus membros, dois workshops de preparação da equipe de investigadores, além de reuniões informais com parte da equipe. Dada a dificuldade de obtenção de recursos, a equipe tem-se valido da criatividade para viabilizar a realização dessas reuniões, seja aproveitando os encontros em eventos nacionais ou regionais como SBPC, Abralin, Anpoll, Gelne, GEL, Celsul e Cellip, seja com a colaboração das IES de origem de seus componentes. Desde a criação do projeto, foi unânime a defesa da pesquisa *in loco*, presencial, abalizada por um instrumento de coleta de dados estruturado e único para todos os informantes e para todas as localidades.

Das metas atingidas, relataremos a seguir a constituição da rede de pontos de inquéritos, a definição do perfil e do número dos informantes, a elaboração dos questionários, e a preparação da equipe de investigadores.

A Definição da Rede de Pontos de Inquérito

Na 1.ª reunião, realizada em março de 1997, em Maceió, foi apresentada uma versão preliminar do projeto e discutidas em linhas gerais a rede de pontos, informantes e questionário. O professor Zágari, responsável por essa etapa, expôs uma proposta preliminar de 210 a 220 pontos, sugerindo que se reservassem, além disso, de 30 a 40 pontos, a serem escolhidos no decorrer do trabalho, em função da necessidade de cada área.

Ao final da reunião, para a definição dos pontos lingüísticos a serem investigados, acertou-se, numa tentativa preliminar de estabelecimento de critérios, levar-se em conta:

- a) a densidade demográfica de cada área;
- b) a distribuição espacial dos pontos, de modo a cobrir todo o território brasileiro;

1 Os dados do Projeto do ALiB - 2001, enviado aos órgãos oficiais de fomento à pesquisa, elaborado pelo Comitê Nacional, sob a coordenação geral de Suzana Alice Cardoso (Diretora Presidente) e direção executiva de Jacyra Mota.

- c) a colocação de pontos nas fronteiras do Brasil com os demais países da América, desde que a densidade demográfica da área o comportasse;
- d) a inclusão de pontos nos limites interestaduais apenas quando houver um fato relevante que a justifique.

O Comitê considerou irrelevante o aproveitamento de pontos pesquisados anteriormente para os atlas lingüísticos regionais, assim como dos pontos sugeridos por Nascentes (1958). Entretanto, com relação aos atlas regionais já publicados registram-se trinta e oito casos de coincidência – nove do *Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)*: Barra, Caitité, Carinhanha, Itaberaba, Jacobina, Jeremoabo, Santa Cruz de Cabrália, Santana e Vitória da Conquista; duas do *Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS)*: Estância e Propriá; dezessete do *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (EALMG)*: Belo Horizonte, Caratinga, Diamantina, Formiga, Itajubá, Januária, Juiz de Fora, Montes Claros, Ouro Preto, Passos, Patos de Minas, Pirapora, São João del Rei, Uberlândia, Unaí, Varginha e Viçosa; quatro do *Atlas Lingüístico da Paraíba (ALPB)*: Cajazeiras, Campina Grande, João Pessoa e Patos, e seis do *Atlas Lingüístico do Paraná (ALPR)*: Adrianópolis, Barracão, Curitiba, Guarapuava, Lapa e Umuarama.

Embora as indicações de Nascentes nas *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil* (1958, p. 19-22) não tenham sido o ponto de partida na definição dos pontos a serem investigados, avaliando-se sua proposta, o Projeto do ALiB chegou a cento e trinta e quatro localidades coincidentes com os seiscentos e seis pontos sugeridos na época.

Feitas essas ressalvas, na definição dos pontos que integrarão a rede de localidades, o Comitê Nacional considerou como mais significativos os argumentos em favor da:

- a) existência de zonas dialetais já delimitadas através de pesquisas anteriores – como a área do ‘falar baiano’ compreendida por Bahia, Sergipe e parte setentrional de Minas Gerais; os falares ‘baiano’, mineiro’ e ‘paulista’ em Minas Gerais; a delimitação de áreas dialetais, baseada nos dados do *Atlas Lingüístico do Paraná* e do *Atlas Lingüístico e Etnográfico da Região Sul*, em andamento. Com relação ao ‘falar baiano’, na proposta de Nascentes (1953, p. 25-26), compreenderia também o oeste de Goiás, área sobre a qual ainda não se dispõe de dados devido, inclusive, à recente criação do Estado de Tocantins.

Sobre os diversos falares em MG, serviram de base as considerações de Zágari (1998, p. 31-54), e sobre os do ALPR, as de Aguilera (2000b);

- b) a importância da localidade no Estado ou região, incluindo-se, por exemplo, as capitais e cidades de grande e médio porte, lingüisticamente representativas. Entre as capitais, excluem-se apenas o Distrito Federal – em vista da data de sua criação e, em consequência, do fato de a população provir, ou descender de falantes oriundos de diversos pontos do país – e Palmas, capital de Tocantins, cidade ainda em formação, sem um número significativo de habitantes nela nascidos que permitisse a seleção de informantes com o perfil estabelecido pelos pesquisadores. Como o ALiB pretende espelhar os aspectos topoestáticos da comunidade lingüística em observação, decidiu-se desconsiderar a dimensão topodinâmica, em razão da dificuldade de incluí-la, sistematicamente, em todos os pontos de fronteira, do ponto de vista das duas línguas em causa, o português e o espanhol, tal como se fez para o *Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay* (Thun; Elizaincin: 2000).
- c) desconsideração, ou não priorização, de outros critérios como antiguidade e grau de isolamento com relação a centros mais desenvolvidos na região. O ALiB, atento às mudanças que se operaram na sociedade nos últimos 50 anos com relação à crescente urbanização e conseqüente esvaziamento do campo, não tem como propósito registrar formas arcaicas ou rurais, ao contrário do que tem sido feito tradicionalmente em trabalhos de natureza dialetal.

QUADRO GERAL DA DISTRIBUIÇÃO DE PONTOS X DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Região Norte

ESTADO	DENSIDADE	N.º DE PONTOS
Rondônia	1.6	02
Acre	0.8	02
Amazonas	3.8	05
Roraima	0.4	01
Pará	8.0	09
Amapá	0.6	02
Tocantins	1.7	02
Total	16.9	23

Região Nordeste

ESTADO	DENSIDADE	N.º DE PONTOS
Maranhão	8.0	08
Piauí	4.1	04
Ceará	11.0	11
Rio Grande do Norte	3.9	04
Paraíba	5.2	05
Pernambuco	11.5	11
Alagoas	4.0	04
Sergipe	2.7	03
Bahia	19.2	21
Total	69.6	71

Região Sudeste

ESTADO	DENSIDADE	N.º DE PONTOS
Minas Gerais	27.0	22
Espírito Santo	4.5	05
Rio de Janeiro	22.0	13
São Paulo	55.0	39
Total	108.5	79

Região Sul

ESTADO	DENSIDADE	N.º DE PONTOS
Paraná	14.5	16
Santa Catarina	7.8	09
Rio Grande do Sul	15.5	16
Total	37.8	41

Região Centro-Oeste

ESTADO	DENSIDADE	N.º DE PONTOS
Mato Grosso do Sul	3.2	5
Mato Grosso	3.6	7
Goiás	7.2	9
Distrito Federal	3.0	0
Total	17.0	21

Nas reuniões nacionais subseqüentes, após ouvir pesquisadores da maioria dos Estados discutiu-se reiteradamente a composição da rede de pontos apresentada por Zágari, de tal forma que, levando-se em consideração a densidade demográfica de cada uma das unidades federativas, fixou-se o total de 250 pontos, partindo-se de um número inicial de 235 pontos, com uma reserva de 15 outros para serem definidos *a posteriori*.

O número e perfil dos informantes

O ALiB se distingue dos atlas estaduais publicados pela proposta de atlas pluridimensional, isto é, que pretende abarcar as variantes não só regionais mas também as diassexuais, diageracionais e diastráticas. Para a consecução desse objetivo, de início teria que discutir o perfil do ‘informante ideal’; mas antes seria necessário definir o que o grupo entende por “informante ideal”, chegando-se ao consenso de que este seria quem, tanto quanto possível, representasse o falar local, em seu registro espontâneo, não devendo, pois, ter um grau de escolaridade muito alto, nem ser analfabeto, para no conjunto representar a fala da média populacional brasileira. Decidiu-se pelo informante natural da região lingüística pesquisada, da qual não se tenha afastado por mais de 1/3 de suas vidas, alfabetizado e que tenha cursado no máximo até a 4.^a série.

Para a análise da variação diageracional estão previstos informantes de duas faixas etárias, ou seja, uma mais jovem, de 18 a 30 anos, e outra mais idosa, de 50 a 65 anos. Até se chegar a essa definição, foram fortes os argumentos para se deixar um interstício entre as duas faixas etárias dando oportunidade para que as prováveis diferenças diacrônicas, em tempo aparente, possam emergir mais claramente. Por razões práticas, isto é, considerando-se a história social do Brasil que aponta para a existência de comunidades de criação recente ao lado

de outras centenárias, e para se ter uma amostra o mais homogênea possível, decidiu-se não estender a faixa etária para além de 65 anos.

Quanto à variação diassexual ou diagenérica, os informantes em número de quatro em cada ponto – exceto nas capitais de estados, onde serão inquiridos oito informantes – distribuem-se igualmente pelos dois gêneros, em cada localidade, perfazendo um total de quinhentos e cinquenta e dois (552) homens e quinhentas e cinquenta e duas (552) mulheres.

Do ponto de vista estrático, priorizam-se o grau de escolaridade e a inserção do informante no contexto social local, com endereço e profissão definidos, evitando-se indivíduos que, por qualquer motivo, encontrem-se marginalizados pela comunidade. Quanto à escolaridade, entende-se que o tipo de informante representativo de cada localidade não deve estar nos graus extremos de formação escolar, optando-se por indivíduos alfabetizados e que, como já se relatou, tenham cursado, no máximo, até a 4ª série. Excetuam-se as capitais de estado, onde, levando em conta a maior densidade populacional e a grande diversidade de estratos sociais, o número de informantes é maior, incluindo-se também quatro informantes de nível de escolarização universitário.

Para minimizar as interferências lingüísticas de outras áreas, pelo menos em termos de contato pessoal, já que a presença dos meios de comunicação promove, hoje, o conhecimento das mais distantes regiões e, conseqüentemente, de diferentes variantes, pretende-se evitar também os informantes cuja ocupação ou profissão requeira grande mobilidade, como caminhoneiros, militares, entre outras. Observou-se, também, que, nas capitais e nas cidades de mais de 500.000 habitantes, deve-se estar atento à distribuição dos informantes pelos bairros, evitando-se o registro de indivíduos de áreas socioculturalmente muito distintas (residente ou trabalhador em bairro de classe A e morador de favela, por exemplo), que poderia levar à interpretação como variável diageracional ou diagenérica casos de variação social. Decidiu-se optar por representantes de bairros de classe média, incluindo-se aí os indivíduos que trabalham nesses bairros, embora residentes ou provenientes de bairros periféricos.

A elaboração dos questionários

Foram elaborados três tipos de questionário: (a) Questionário semântico-lexical – QSL; (b) Questionário morfossintático – QMS; e (c) Questionário fonético-fonológico – QFF, que inclui questões para apuração de diferenças prosódicas. Acrescentam-se questões referentes à pragmática, assim como su-

gestões de temas para o registro de discursos semi-dirigidos e texto para leitura. A maioria das questões tem como objetivo apurar a variação diatópica no português do Brasil, com vistas ao estabelecimento e à caracterização de áreas dialetais. Como já se expôs em diversas oportunidades, os questionários são o resultado de inúmeras propostas, discussões e ajustes, elaborados a partir da experiência dos vários autores dos atlas estaduais (APFB, EALMG, ALPB, ALSE e ALPR) e regional (ALERS), além das contribuições buscadas no Atlas Linguistique Roman – Alir e do Atlas Lingüístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza. Acrescente-se ainda a contribuição inestimável dos pesquisadores de todo o Brasil, participantes dos dois *workshops* de preparação de documentadores do ALiB, realizados em Salvador (1998) e Londrina (2000). Em pesquisas de campo nas referidas localidades, puderam não só testar a exequibilidade dos questionários como também propor significativas mudanças na formulação da proposta definitiva.

Desse modo, a elaboração de questionários para qualquer tipo de pesquisa requer, de início, tríplice atenção: o quê, o quanto e o como perguntar. O primeiro tópico está relacionado ao rol de questões a serem inventariadas que, por sua vez, está intimamente ligado aos objetivos da pesquisa. No caso do Alib, se o que se pretende é o inventário lexical, fonético, prosódico, morfológico e sintático que permita descrever a realidade lingüística brasileira, e se a realidade sócio-econômica aponta para uma população bastante diferenciada em relação à de 30, 40 anos atrás, remanescente do êxodo rural, tendo se estabelecido na periferia das grandes cidades, o questionário não pode se reportar apenas à vida rural como acontecia nas pesquisas dialetológicas e geolingüísticas tradicionais (Amaral, 1920; Nascentes, 1922; Marroquim, 1934; Rossi, 1963; Ribeiro et al., 1977; Veado, 1982; Menezes e Aragão, 1984; Ferreira et alii, 1987; Aguilera, 1994). No entanto, se a massa populacional está dentro dos padrões que Bortoni e Ricardo (1984) denominou rurbana, há que se fazer uma concessão a essa nova realidade vigente em nosso país e incluir também perguntas relativas à vida do campo, o que representa no QSL cerca de 12% das questões.

Assim, o Questionário Semântico-Lexical (QSL) do Alib, na versão definitiva, de 2001, consta de 202 questões envolvendo 14 campos semânticos: dos acidentes geográficos (6 questões), fenômenos atmosféricos (15 questões), astros e tempo (17) atividades agropastoris (25), fauna (25), corpo humano (32), ciclos da vida (15), convívio e comportamento social (11), religião e crenças (8), jogos e diversões infantis (13), habitação (8), alimentação e cozinha (12), vestuário e acessórios (6), vida urbana (9). O QFF, na versão 2001, contém 159 questões, nas quais se procurou contemplar todos, ou quase todos, os fatos

lingüísticos que apontam para variações diatópicas, diastráticas e diacrônicas no falar brasileiro.

O segundo problema, o quanto perguntar, é uma indagação recorrente feita aos membros do comitê, haja vista a extensão dos primeiros atlas europeus, cujo elenco varia de 1980 (Atlas Linguistique de la France) a 5000 perguntas (Atlas Lingüístico da Romênia). Nessa esteira, tanto Silva Neto (1957) como Nascentes (1958 e 1961) arrolam entre 1100 e 1200 itens lexicais a serem investigados na elaboração de um Atlas Lingüístico do Brasil. Conforme já expusemos em outras oportunidades, a equipe coordenadora está convicta de que o mais importante não é o número de questões a ser proposto, mas a qualidade dessas questões e a possibilidade de um aproveitamento mais significativo de todas ou, pelo menos, da maioria delas no momento da cartografiação. Pretende-se, pois, evitar no Alib o que ocorrera nos atlas estaduais e regional já mencionados, isto é, a desproporcionalidade entre a extensão do questionário e o número de itens cartografados. Se os autores descartaram em média mais de 50% das questões, chegando até a 90%, o bom senso sinaliza que um atlas nacional representativo não tem necessariamente que ter um questionário com milhares de perguntas. A equipe privilegiou a qualidade e o resultado final em detrimento da quantidade, concordando, a propósito, com a crítica de Pickford sobre os primeiros resultados do *Lane, Linguistic Atlas of New England*, citada por Brandão e Morais (1998). A autora americana questionou a cientificidade desse atlas primeiramente devido aos problemas decorrentes de questionários de grande extensão por fatigarem o informante principal, levando o pesquisador a lançar mão de informantes eventuais ou secundários. Em última instância, um questionário menos extenso pode representar economia de tempo, de recursos materiais e financeiros e garantia de maior sucesso.

Quanto ao terceiro tópico, o como indagar, depende da formulação inequívoca das questões. Os questionários para a constituição do *corpus* do Atlas Lingüístico do Brasil, elaborados pelos membros do Comitê Nacional, têm sido cuidadosamente revistos, procurando-se alcançar um nível de adequação e propriedade compatíveis com as necessidades de um projeto como esse, de âmbito nacional. Todas as questões têm uma formulação inicial, de modo a assegurar um grau razoável de uniformidade, necessário à intercomparabilidade dos dados obtidos, acrescentando-se, em alguns casos, gravuras que visam a auxiliar o desenvolvimento do inquérito.

Para se chegar a um grau desejável de compreensibilidade das questões, os questionários, desde as versões fotocopiadas, anteriores à versão impressa de 1998 (cf. *Questionários*, 1998) até à versão 2001, passaram pelo crivo dos membros do Comitê Nacional e das equipes regionais, podendo-se assegurar

que a testagem ultrapassou a casa de 200 entrevistas (só no Paraná foram aplicados integralmente a 68 informantes). Foram aplicados extratos de questionários e questionários completos desde o Pará até o Rio Grande do Sul, do Oiapoque ao Chuí, como costuma argumentar a Diretora Presidente do Alib.

Às aplicações seguiam-se estudos críticos para verificar a compreensibilidade de cada questão e apresentar propostas de reformulação. Pontes e Aguilera (1999, p. 238-244) detectaram nesses testes cerca de 18% de questões com dificuldades para a compreensão e conseqüentemente para o registro das respostas. Tratava-se de três ordens de dificuldades: (a) questões que necessitavam de um complemento para que o conceito pudesse ser decodificado, atendendo-se ao conhecimento de mundo do falante com maior experiência em trabalho rural; (b) itens lexicais da questão que precisavam ser substituídos para dirimir a ambigüidade sugerida pela proposta inicial por remeterem a conceitos distintos; (c) perguntas longas dificultando a apreensão imediata do objetivo do inquiridor.

Essas dificuldades foram expostas em encontros científicos e reuniões do Comitê Nacional e propiciaram sucessivas reanálises e refacções de cada questão problemática, adequando-as ao perfil do informante que se pretende para o Alib. Outra contribuição significativa emanou do 2.º *workshop* de preparação dos documentadores com a proposta de reagrupamento das questões do QFF em subcampos semânticos de modo a facilitar a associação de idéias. Para ilustrar, no QFF de 1999, as questões de 1 a 10 procuravam apurar respectivamente as formas: noite, dia, ano, sol, amanhã, sábado, calor, muito, árvore e planta; na versão definitiva, aparecem inicialmente: casa, terreno, prateleira, televisão, caixa, tesoura, caminha (diminutivo de cama), travesseiro, luz e lâmpada, isto é, palavras e coisas relacionadas com a *casa* que encabeça o QFF e com fatos mais concretos do cotidiano de todos nós. Tal mudança propiciou uma entrevista mais espontânea e menos embaraçosa para o entrevistado.

Para a elaboração do QFF, foram levantados vários fatos fônicos, a serem considerados em sua construção, como a realização de /R/ em diversos pontos do vocábulo; de /t/ e /d/ antes de, ou após a, vogal alta /i/; da realização das pretônicas /e/ e /o/; da ditongação ou não das vogais /a/, /e/ /o/ e /u/ seguidas de /s/, /z/; da alternância de /b/ e /v/; do comportamento das proparoxítonas; da presença/ausência do rotacismo do /l/ em trava silábica e/ou em encontros consonantais; do comportamento dos ditongos gráficos: ou, ai, ei; de casos específicos de reificação, como em casa ['kaha], gente ['henti], vamos [hamu], entre outros. Na versão 2001, ficaram 159 questões.

Dentre os três questionários, o QMS foi o que mais suscitou discussões devido às dificuldades apresentadas em sua aplicação. Procurou-se incansavel-

mente descaracterizá-lo da espécie de teste ou prova escolar de que se revestia desde o início, o que até então impedia o informante de responder com um grau de espontaneidade que se pudesse considerar razoável, inibindo-o, na maioria das vezes. Somente a partir do 2.º *workshop* é que se chegou a uma proposta reformulada pelo pesquisador Cléo Altenhofen, da UFRGS, que foi aceita com menos resistência pelos pesquisadores. Colaborou para isso a inserção de gravuras para apurar gênero e número de determinadas palavras e a proposta de questões para um tom mais conversacional que inquiritório, tornando menos áspera essa fase de aplicação. Da versão final constam 49 questões para a apuração de fatos morfossintáticos da língua portuguesa do Brasil.

Assim, os questionários do Alib, incluindo-se as questões de prosódia (11), pragmática (4), e metalingüística (6), perfazem 431 questões. Além dessas, foram incluídos 4 temas para discurso semi-dirigido e um texto para leitura.

A preparação da equipe de documentadores

Desde o início dos trabalhos do Comitê Nacional, entendeu-se que, dada a dimensão territorial do Brasil, a dificuldade de obtenção de apoio financeiro e para a melhor operacionalização do projeto, seria oportuna a criação de coordenações regionais. Nessa linha de pensamento, definiu-se a área de responsabilidade de cada Diretor Científico e da Diretora Executiva, ficando sob a direção de: Maria do Socorro Aragão, os Estados do Ceará, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte; de Vanderci Aguilera: Paraná, São Paulo, Pará, Amapá, Mato Grosso do Sul e Rondônia; de Mário Zágari: Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Amazonas, Acre e Roraima; de Walter Koch: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Tocantins; de Jacyra Mota: Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba e Pernambuco. As coordenadorias regionais poderão contar com o apoio de coordenadores estaduais para a otimização dos trabalhos.

Estabeleceu-se como princípio preparar um número reduzido de entrevistadores, ou documentadores, no máximo 30, e levar uma mesma equipe a realizar o maior número de inquéritos possível. Para essa seleção de entrevistadores, na VI reunião nacional realizada em Juiz de Fora - MG, fixou-se como tarefa a realização de pelo menos uma entrevista completa com base nos Questionários-98, seguida de transcrição e discussão com a equipe local ou regional. Outra exigência firmada foi a leitura de um acervo mínimo de obras de cunho dialetológico pelos participantes do I *workshop*.

A essas seguiram-se outras tarefas de realização de inquéritos experimentais, ora de extratos ora de questionários completos, para se verificar como

o documentador encaminha a entrevista e resolve os impasses naturais não previstos anteriormente, principalmente no que se refere à não compreensão de uma questão pelo informante. Essas situações imprevisíveis serviram de teste para se avaliar o bom inquiridor. A preparação de pesquisadores obedeceu, pois, a uma dinâmica assim caracterizada: preparação individual de equipes orientada diretamente pelos membros do Comitê Nacional e formação sistemática desenvolvida em trabalho coletivo realizado através de *workshops*.

O treinamento feito em diferentes áreas obedeceu a princípios comuns estabelecidos e caracterizou-se pela formação teórico-prática dos que dele participaram.

O treinamento coletivo e conjunto tem sido realizado através de *workshops*, dos quais o primeiro realizou-se em Salvador, Bahia (setembro, 1999) e o segundo em Londrina, Paraná (julho, 2000). Desenvolvidos sempre no curso de uma semana integral de trabalho, têm-se caracterizado pela abordagem teórica de aspectos relacionados à pesquisa dialetal e pela realização de pesquisa de campo orientada, seguida de análise dos dados coletados.

Nesses dois encontros nacionais, cada pergunta dos questionários foi revista detalhadamente e refeita até se chegar a uma formulação satisfatória. A equipe de documentadores, em fase de teste, após análise meticulosa dos procedimentos de cada um durante as aplicações experimentais dos questionários, também entendeu que o sucesso do questionário e, conseqüentemente do Projeto do Alib, não está apenas naqueles três aspectos – o que, quanto e como perguntar – mas na composição de uma equipe não muito numerosa que proceda a uma coleta de dados de forma homogênea para todas as localidades e informantes. Das discussões do grupo saíram (a) as sugestões para a versão definitiva dos questionários para se dar início à coleta dos dados. Essas sugestões envolveram tanto a formulação como, principalmente, a ordem das questões no questionário, conforme se expôs acima; (b) a conscientização de que o investigador deve ter completo domínio do questionário e das várias possibilidades de resposta no QSL; (c) a necessidade de conhecimento mais profundo das obras fundamentais de dialetologia brasileira e portuguesa e dos vocabulários regionais já publicados; (d) a compreensão de que muitas vezes o problema não está no questionário, mas na falta de habilidade do inquiridor. Isso importa dizer da maneira como ele se coloca diante do informante: forma de abordagem, tom de voz, reação diante do silêncio ou dos equívocos do informante.

Finalmente, em termos metodológicos, fixou-se o número de 2 inquiridores por localidade e determinou-se que o Diretor Científico responsável pela região deverá estar presente nos primeiros inquéritos de cada equipe.

Considerações finais

Neste artigo, apresento uma retrospectiva dos trabalhos do Alib, desde a sua criação (1996), passando pelas fases de estabelecimento dos princípios e métodos a serem seguidos nesta caminhada rumo ao tão esperado Atlas Lingüístico do Brasil. Por se tratar de um atlas pluridimensional, que foge aos padrões dos estudos geolingüísticos tradicionais, tornou-se necessária a realização de uma série de encontros do Comitê Nacional para a discussão das diversas etapas do projeto, principalmente no que se refere à divisão das tarefas dos membros do comitê e das coordenações estaduais. Mostraram-se bastante produtivos os dois *workshops* realizados com vistas à preparação dos entrevistadores e que trouxeram, além de tudo, como saldo positivo o ajuste rigoroso dos questionários e a afinação da equipe de inquiridores que se sentiu ainda mais comprometida com os trabalhos.

Em decorrência dos trabalhos do Alib, cresce no Brasil o interesse pela Dialectologia e Geolingüística, ambas até então adormecidas na maioria das instituições de ensino superior do país. Como saldo positivo despontaram novos pesquisadores, interessados na elaboração de atlas em seus respectivos estados, independentemente do Alib. Assim, chegamos ao ano de 2001, com vários atlas em fases diversas de projeto ou de execução, como o do Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Tocantins, Mato Grosso e Goiás, onde até há pouco a Geolingüística sequer era conhecida. Outro saldo positivo é o crescente número de trabalhos científicos em encontros nacionais e internacionais, nos últimos cinco anos, discutindo dados de *corpora* dos Atlas da BA, MG, PB, SE e PR (Aguilera, 1998; 2000; Aragão, 1998; 2000, Ferreira; Cardoso, 1999; Mota, 1998, 2000; Pisciotta, 1998; 2000).

As aplicações experimentais, além de auxiliar na formação da equipe de documentadores, no aperfeiçoamento dos questionários e na afinação dos procedimentos metodológicos, têm fornecido dados para o levantamento das primeiras hipóteses sobre a língua portuguesa falada no Brasil, tais como, no nível do léxico: a) a intensa e constante migração interna favorece a disseminação de itens lexicais regionais para outras localidades, como o caso de *felipe* (para bananas grudadas) da BA para SP, PR e MS; *galeota* (para carrinho de mão) e *bruaca* (bolsa de couro para transportar alimentos no lombo de animal) da BA para o PR, através de SP e MG; b) itens lexicais procedentes da Bahia irradiam-se, embora de forma descontínua, para estados mais jovens, como o Paraná e o Amapá; c) o polimorfismo significativo para determinados conceitos observado nos atlas estaduais, por se tratar de registros rurais de não-escolarizados,

tende para uma redução do número de variantes lexicais para cada conceito, como *xará*, *isqueiro*, *redemoinho*, em virtude de se privilegiar no Alib o falante urbano e escolarizado. E dessa hipótese decorre que a influência da escola e da mídia falada e escrita sobre os informantes selecionados (não mais analfabetos e rurais) também colabora para uma gradativa homogeneização do léxico popular brasileiro.

O Atlas Lingüístico do Brasil, das três grandes etapas estabelecidas para a implantação e realização do Projeto – a de preparação, que vai da criação do comitê à elaboração do questionário; a de execução da pesquisa, envolvendo o trabalho de campo, exegese dos materiais e análise dos dados; e, por fim, a editoração e publicação dos materiais –, completa sua primeira etapa e caminha para o segundo estágio que se inicia com o trabalho de campo já deflagrado no dia 2 de junho na cidade de Quirinópolis – GO com a realização da entrevista número 1.

RESUMO

O Atlas Lingüístico do Brasil começa a se concretizar com a mobilização de pesquisadores de vários pontos do país. Nesse trabalho apresento as atividades do Comitê Nacional desde a sua constituição (1996) até a IX Reunião Nacional (2001), discutindo as propostas e etapas cumpridas, com ênfase na elaboração dos questionários.

Palavras-chave: Atlas lingüístico, Brasil, etapas, questionários.

ABSTRACT

The Linguistic Atlas of Brazil is becoming real with the engagement of researchers from several regions of the country. In this work the activities carried out by the National Committee are presented, since the establishment of this Committee in 1996 until the IX

National Meeting in 2001. The proposals and stages to be accomplished are discussed, with an emphasis on the elaboration of the questionnaires.

Key-words: Linguistic atlas, Brazil, stages, questionnaires.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, V. A. *Atlas Lingüístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.

_____. Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB): primeiros estudos lexicais. CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN E XIV INSTITUTO LINGÜÍSTICO, 2., 2000, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Abralín, 2000a.

_____. Les Aires Linguistiques au Paraná. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF DIALECTOLOGISTS & GEOLINGÜISTS, 2., 2000, Amsterdam. *Paper...* Amsterdam: VRIJE Universiteit, 2000b. No prelo.

_____. Estudos dialetológicos no Paraná: caminhos e perspectivas. In: GÄRTNER, E. (Ed.). *Estudos de geolingüística do português americano*. Frankfurt am Main: TFM, 2000c. p. 95-120. (Biblioteca luso-brasileira, v. 18).

AMARAL, A. *O dialeto caipira*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1976. Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia [1920].

ARAGÃO, M. S. S.; MENEZES, C. B. *Atlas Lingüístico da Paraíba*. Brasília: UFPB/CNPq, 1984. 2 volumes.

_____. Aspectos fonético-fonológicos do português não-padrão do Ceará: a despalatalização e a iotização. In: GÄRTNER, E. (Ed.). *Estudos de geolingüística do português americano*. Frankfurt am Main: TFM, 2000. p. 159-184. (Biblioteca luso-brasileira, v. 18).

BORTONI-RICARDO, S. M. *Problemas de comunicação interdialetoal*. Sociolingüística e ensino do vernáculo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 78-79.

BRANDÃO, S. F.; MORAES, J. A. A geolingüística no Brasil: resultados e perspectivas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA DA AMÉRICA LATINA (Alfal), 9., 1998, Campinas. *Anais...* Campinas: Unicamp/IEEL, 1998. v. 4.

CARDOSO, S. A. M. Atlas Lingüístico do Brasil: um projeto nacional para conhecimento do português brasileiro. In: GÄRTNER, E. (Ed.). *Estudos de geolingüística do português americano*. Frankfurt am Main: TFM, 2000. p. 33-54. (Biblioteca luso-brasileira, v. 18).

_____. (Coord.) *Seminário nacional: caminhos e perspectivas para a geolingüística no Brasil*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1996a.

_____. Inovação e conservadorismo no léxico rural brasileiro. In: CONGRESSO INTERNAZIONALE DI LINGUISTICA E FILOLOGIA ROMANZA, 21., 1995, Tübingen. *Atti...* Tübingen: Niemeyer, 1998a. v. 5. Centro di studi filologici e linguistic siciliani, Università di Palermo, 18-24 settembre 1995. A cura di Giovanni Ruffino. p. 109-120.

CARUSO, P. *Questionário do Atlas Lingüístico do Estado de São Paulo*. Assis: Prefeitura do Município de Assis, 1984.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Atlas Lingüístico do Brasil: questionários*. Londrina: Ed. UEL, 1998.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO. *Atlas Lingüístico do Brasil: questionários*. Londrina: Ed. UEL, 2000. (Versão revista e adaptada para estudos durante o II Workshop de preparação de inquiridores para o Atlas Lingüístico do Brasil).

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Atlas Lingüístico do Brasil: questionários*. Londrina: UEL, 2001.

FERREIRA, C.; et al. *Atlas Lingüístico de Sergipe*. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.

FERREIRA, C. S.; CARDOSO, S. A. M. Arco-íris no Brasil: um estudo lingüístico antropológico a partir dos atlas regionais. *Revista do GELNE*, ano 1, n. 2, 2000. [1999].

MARROQUIM, M. *A Língua do Nordeste*. [1934]. 3. ed. Curitiba: HD Livros, 1996.

MOTA, J. Os atlas regionais e sua contribuição para o conhecimento do português do Brasil. In: GÄRTNER, E. (Ed.). *Estudos de geolingüística do português americano*. Frankfurt am Main: TFM, 2000. (Biblioteca luso-brasileira, v. 18).

_____. Variantes palatais do português do Brasil. CONGRESSO INTERNAZIONALE DI LINGUISTICA E FILOLOGIA ROMANZA, 21., 1995, Tübingen. *Atti...* Tübingen: Niemeyer, 1998a. v. 5. Centro di studi filologici e linguistic siciliani, Università di Palermo, 18-24 settembre 1995. A cura di Giovanni Ruffino.

NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

_____. *Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958 e 1961. 2 volumes.

PISCIOTTA, H. Geografia lingüística e diacronia. CONGRESSO INTERNAZIONALE DI LINGUISTICA E FILOLOGIA ROMANZA, 21., 1995, Tübingen. *Atti...* Tübingen: Niemeyer, 1998a. v. 5. Centro di studi filologici e linguistic siciliani, Università di Palermo, 18-24 settembre 1995. A cura di Giovanni Ruffino.

_____. O lexical nos eixos horizontal e vertical. In: AGUILERA, V. A. (Org.). *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Ed. UEL, 1998b. p. 243-252.

PONTES, I.; AGUILERA, V. Questionário geolingüístico: uma proposta de reorientação metodológica. *Estudos Lingüísticos* (GEL – Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo), São Paulo, n. 28, 1999.

RIBEIRO, J. et al. *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Casa de Rui Barbosa/Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.

RODRIGUES, A. N. *O dialeto caipira na região de Piracicaba*. São Paulo: Ática, 1974.

ROSSI, N. *Atlas prévio dos falares baianos: introdução, questionário comentado, elenco das respostas transcritas*. Rio de Janeiro: INL, MEC, 1965.

SILVA NETO, S. *Guia para estudos dialectológicos*. 2. ed. Belém: CNPq / Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

THUN, H.; ELIZAINCIN, A. *Atlas Lingüístico y Diastrático del Uruguay (ADDU)*. Tomo I. Kiel: Westensee-Verl, 2000.

VEADO, R. M. A. *Comportamento lingüístico do dialeto rural*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

ZÁGARI, M. R. L. Atlas Lingüístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, V. A. (Org.). *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Ed. UEL, 1998.